A CONSTRUÇÃO DO LEITOR NO SITE *FOLHA.COM* AO LONGO DA COBERTURA DO CASO DA BRUXA DE GUARUJÁ (2014)

THE CONSTRUCTION OF THE READER ON THE *FOLHA.COM* SITE THROUGHOUT THE COVERAGE OF THE GUARUJA WITCH CASE (2014)

Micael Vier Behs[1]

Resumo: Levando em consideração a emergência de uma ambiência midiática em que os trabalhos de produção e recepção encontram-se cada vez mais imbricados, fazendo por vezes confundir essas duas instâncias, o artigo propõe-se a descrever os efeitos da comunicação gerida em rede na organização de protocolos que estruturam os elos de conectividade entre o site *Folha.com* e seus respectivos leitores/assinantes/seguidores ao longo da cobertura do caso da Bruxa de Guarujá, em 2014. Apesar do silêncio imposto pelo campo jornalístico, essa não é uma relação livre de tensionamentos instalados entre leitores e jornalistas, assim como entre os próprios comentadores.

Palavras-chave: Contrato. Interação. Dispositivo.

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos/RS. E-mail: micaelvier@gmail.com.

Abstract: Taking into account the emergence of media environment in which production and reception work are increasingly imbricated, causing sometimes the confusion of these two instances, the article aims to describe the effects of networked communication in the organization of protocols that structure the connectivity links between the site Folha.com and its respective readers / subscribers / followers throughout the coverage of the Guaruja Witch Case in 2014. Despite the silence imposed by the journalistic field, this is not a relationship free of tension between readers and journalists, as well as among the commentators themselves.

Keywords: Contract. Interaction. Device.

1 Introdução

Ao dissertar sobre o que intitula de "a revolução do acesso", o semiólogo argentino Eliseo Verón (2013, p. 279) analisa os efeitos da rede enquanto lugar gerador de transformações nas relações entre os atores individuais e os fenômenos midiáticos. De fato, se até os primeiros anos da virada do século o leitor constituía-se enquanto um personagem inexplícito e silencioso, orientado por trilhas de leitura predeterminadas por "contratos de leitura" orientados pelo polo produtivo, o alargamento dos dispositivos comunicacionais dispostos em rede redefiniu os vínculos interativos entre os *media* e os seus utilizadores. Relegados à condição de cogestores enunciativos dotados de autonomia – ainda que relativa – para operar as tecnologias da informação, os atores sociais inscritos às lógicas produtivas da internet têm tensionado os modos de organização do campo jornalístico.

Nestes termos, a arquitetura informacional que configura a sociedade em processo crescente de midiatização redefiniu os protocolos que até então regularam os elos interativos entre produtores e atores individuais, ampliando as possibilidades de contato entre essas duas instâncias historicamente distanciadas por diretrizes regulatórias controladas pelo campo dos *media*, a exemplo das tradicionais "cartas

do leitor", espaço no qual "o jornal explicitava a sua vocação mediadora e, ao mesmo tempo, buscava a consolidação do acesso do leitor à realidade das mídias" (Fausto Neto; Sgorla 2013, p. 4).

Levando em consideração a emergência de uma ambiência midiática em que os trabalhos de produção e recepção encontram-se cada vez mais imbricados, fazendo por vezes confundir essas duas instâncias, esse artigo propõe-se a descrever os efeitos da comunicação gerida em rede na organização de protocolos que estruturam os elos de conectividade entre o site *Folha.com* e seus respectivos leitores/assinantes/seguidores ao longo da cobertura do caso em torno da Bruxa de Guarujá, em 2014[2]. Mais especificamente, a proposta é analisar de que forma o site jornalístico constrói a figura do leitor convocando-o à "interatividade seletiva", através do manuseio de determinados conteúdos, ou então à "interatividade comunicativa", possibilitando-o protagonismo através da produção de conteúdos que tensionam, via seções de comentários, as construções noticiosas (Rost, 2014).

O que se verifica, contudo, é que esse contrato é permeados por zonas de silenciamento; pela interdição dos fluxos conversacionais; assim como por ações coercitivas e embates discursos que deslocam o cerne das narrativas dos fatos em si para discussões que visam justamente esclarecer o funcionamento deste protocolo contratual, deixando antever processos de incerteza e indeterminação em contextos de midiatização (Ferreira, 2016) marcados pela "tensão entre as práticas (que incorporam códigos, estruturas e sistemas) e as interações em curso (Ferreira; Folquening, 2012, p. 3). Do mesmo modo, o contrato gera dois processos, descritos por Gaulejac (*in* Ferreira; Folquening, 2012) como complementares: de um lado, a submissão do ator social frente às

2. Esse caso faz menção a um boato gestado midiaticamente em rede, sendo alimentado pela suposta existência de uma sequestradora que raptava e matava crianças na comunidade de Morrinhos, bairro de ocupação recente situado na cidade de Guarujá, no litoral paulista. A história desse local ficou marcada pelo desdobramento trágico do boato que culminou com o linchamento de uma dona de casa confundida com uma personagem que apenas existiu no imaginário da comunidade.

imposições do sistema e, de outro, a ideia de individuação e autonomia que o convida a exercer protagonismo.

Segundo descreve Rost (2014, p. 57), a interatividade seletiva possibilitaria ao utilizador "fazer coisas" sobre os conteúdos ao longo do processo de recepção, enquanto a interatividade comunicativa transcenderia essa recepção individual, ofertando a possibilidade de o leitor produzir conteúdos que, fundidos à produção original dos *media* e tensionados pelas produções de outros leitores, permitiria a comunicação avançar sempre à frente através de sucessivos movimentos circulatórios, acelerando a proliferação de significados. Nos termos cunhados por Sodré (2013, p. 67 - 69), a interatividade comunicativa, facilitada pela apropriação de tecnologias que se abrem aos novos modos de leitura, possibilitaria o surgimento do que denomina de "intérprete-redescritor", favorecendo o movimento de escuta das "vozes constitutivas do novo âmbito tecnológico habitado pelo homem".

> A releitura do mundo tradicional à luz desse âmbito já não é monopólio da filosofia, nem tampouco de uma suposta autonomia positivista das ciências sociais, mas o começo de um novo modo de inteligibilidade sinóptica capaz de pôr em situação de diálogo as várias possibilidades do pensamento (Sodré, 2013, p. 67)

Nesse sentido, a descrição do contrato de leitura articulado ao funcionamento do objeto de análise aqui trabalhado oferecerá os primeiros indicativos em torno do acesso, dos usos, das práticas e das apropriações dos meios, convertidos em dispositivos, no que diz respeito à "problemática da indeterminação e incerteza enquanto resposta (tentativa e histórica) de regulação e adaptação (Ferreira, 2016, p. 136). Segundo Ferreira (2016, p. 137), os processos midiáticos em rede, geridos por uma multiplicidade de atores situados na esfera produtiva, constitui-se enquanto geradores de incerteza e indeterminação, bem como em espaços nos quais se desenvolvem acionamentos de estratégias tentativas que visam "restabelecer o controle e as novas referências de va-

lores reguladores e legitimadores". Em meio a esse embate entre múltiplas manifestações da semiose materializada em rede, explica o autor, manifestam-se defasagens de sentido que, apesar das estratégias reguladoras tentativas, permanecem gerando sentidos na forma de sobras discursivas não reguladas.

Identificar as marcas do "contrato de leitura" acionado pelo site jornalístico, termo que designa as "regras, estratégias e 'políticas' de sentidos que organizam os modos de vinculação entre as ofertas e a recepção dos discursos midiáticos (Fausto Neto, 2007, p. 10), constitui um movimento importante para se pensar, nos termos sugeridos por Ferreira (2016, p. 147), nas tecnologias digitais enquanto reguladoras e também disruptoras do sentido. Dito de forma mais detalhada, o site jornalístico desenvolve estratégias reguladoras ao se projetar enquanto instância geradora de inteligibilidades na tentativa de regular o boato que se exasperou na forma de um linchamento. Ao mesmo tempo, ao se projetar enquanto sistema aberto à interlocução, via seção de comentários, o site autoriza a presença produtiva dos atores sociais face às suas próprias lógicas produtivas, produzindo a "ampliação da semiosfera" (Ferreira, 2016) e permitindo que uma multiplicidade de racionalidades, inscritas na forma de discursos, incidam sobre as suas estratégias geradoras de inteligibilidade. Configura-se, nestes termos, um sistema de inteligibilidades complexas, menos centrado nos objetos de conhecimento imediatos e mais nas relações que se entrecruzam em seu processo de análise por uma multiplicidade de indivíduos situados à órbita produtiva (Sodré, 2013).

A premissa desenvolvida por Ferreira e Sodré dialoga com os pressupostos assumidos por Verón (2004) ao explicar que todo ato de leitura pressupõe uma ação pragmática de mobilização dos sentidos, não havendo uma correspondência direta entre os efeitos pretendidos pela produção e aqueles ressignificados em processos de recepção. É justamente dessas defasagens entre sentidos pretendidos e sentidos decodificados que emerge a incerteza, "espécie de desvio-padrão de comportamentos e condutas... que relacionam meios e processos sociais" (Ferreira, 2016. p. 136).

Em interlocução às premissas levantadas por Fausto Neto (2007, p. 13), pode-se inferir que as defasagens de sentido são dadas a conhecer justamente pela mobilização de contratos outros, permeados pela pluralidade de atores "nas suas diferentes ambiências, identidades biográficas e construções simbólicas", a partir dos quais o campo receptor manejaria o contrato em oferta, possibilitando a interpenetração entre sentidos mobilizados em meio a um ambiente comunicacional caracterizado por fluxos circulatórios multidirecionais, não livre de tensionamentos e imposições coercitivas.

Nesse sentido, é sempre necessário pensar no trânsito circulatório que configura os processos interacionais enquanto trajetos sujeitos a distintas modalidades de descontextualização (Traversa, s/d), fruto de um lugar ambíguo ocupado pelos atores sociais dispostos em rede, inscritos em dispositivos e permanentemente tensionados por determinações semio-tecno-tecnológicas (Ferreira, 2003), assim como por uma multiplicidade de processos sociais que caracterizam a sua história e explicam os seus modos particulares de interiorizar as complexidades do mundo da vida, reescrevendo as narrativas jornalísticas a partir de lugares de fala sui generis.

2 Controle e silenciamento: o contrato acionado pela Folha.com

O site do jornal Folha de S. Paulo, ao longo do desenrolar do caso da Bruxa de Guarujá, instaurou modalidades de construção de vínculo pautadas pelo acionamento de estratégias distintas, deixando explícito uma relação assimétrica entre produção e reconhecimento, na medida em que permite a entrada do leitor em seus espaços, mas não estabelece relações de troca junto a ele, restringindo sua ação a um movimento coercitivo de exclusão de comentários. Obedecendo à prerrogativa de que a internet se constitui enquanto ambiência regida por fluxos multilineares, o site oferece protagonismo – seletivo e comunicacional – ao leitor/assinante, porém fiscaliza permanentemente as suas "condutas discursivas", o que sugere uma complexa relação "entre a estruturação do

espaço e os comportamentos que podem ter lugar em seu interior" (Verón, 1999, p. 44). Dito em outras palavras, embora o site do Grupo Folha procure construir o seu leitor enquanto personagem ativo – com poder para "fazer coisas" em relação ao material publicado e comentar as matérias –, a sua entrada no sistema é permanentemente acompanhada pela obediência a regras e diretrizes impostas pelo campo jornalístico, que se projeta como ente fiscalizador e avesso a qualquer tipo de interação discursiva, mesmo quando diretamente interpelado. Nestes termos, explica Fausto e Sgorla (2013, p. 5), o site desenvolve "estratégias de indução" a partir das quais instaura um "modo de existência" do leitor em sua espacialidade discursiva, ainda que o protagonismo do leitor esteja condicionado a condutas de chancelamento impostas pela *Folha.com*.

É interessante perceber que a observância a essas "regras de conduta" aparece explicitada nos próprios comentários dos leitores, que articulam a sua anunciação, ou seja, os seus modos de dizer, de forma a suplantar as barreiras restritivas impostas pelo site, o que permite afirmar que os atores sociais buscam adaptar-se às formas de funcionamento desse sistema produtivo. No exemplo reportado abaixo, o internauta manifesta surpresa pelo comentário proferido ter passado "pelo crivo da moderação". Essa reação sugere uma assimilação por parte do leitor em relação ao funcionamento do "contrato" imposto pelo site, que se projeta como um dispositivo de regulação com poder para delimitar os materiais que ganham visibilidade, assim como para definir os materiais que se tornam invisibilizados. Considerando, a partir de Verón (2013), que o sentido só pode circular materializado, ao invisibilizar um comentário o site coíbe a proliferação de significados contidos em sua mensagem, freando o processo circulatório em torno da cadeia de sentidos que, a partir dele, poderia aflorar. Busca-se, dessa forma, interditar o fluxo discursivo, impedindo a fundação de novos processos de semiose e, consequentemente, cessando a agonística entre o campo jornalístico e os indivíduos inadaptados às condutas predefinidas nos termos e condições de uso da *Folha.com*

(Ferreira, 2016, p. 140). Resolve-se, assim, coercitivamente, o problema suscitado pela disrupção de sentidos.



Figura 1: Internauta explicita observância aos
"Termos e condições de uso" do site
Fonte: Folha.com[3]

Há casos específicos em que a relação do leitor/assinante frente à obediência a regras de conduta impostas pelo site torna-se uma manifestação exasperada. Nestas situações, os comentários redigidos pelos assinantes da *Folha.com* sequer fazem menção a qualquer análise ou observação em relação ao conteúdo publicado nas matérias, restringindo-se a dissertar, em tom de crítica, sobre o próprio funcionamento dos protocolos a partir dos quais o site exerce a atribuição de katekeeper, apenas abrindo "os portões" de acesso a conteúdos que, segundo seus preceitos, estejam de acordo com as regras predefinidas[4]. O que se percebe, portanto, é que os discursos emitidos pelos comentadores se concentram menos na discussão das temáticas tornadas públicas pelo site e, mais, nas discussões em torno do entendimento das lógicas que perpassam o funcionamento do dispositivo, aqui interpretado, segundo Ferreira (2016, p. 148), enquanto espaço de interação "entre signo, sistemas tecnológicos e sistemas de inteligibilidade".

A mensagem reportada abaixo, extraída de comentário em torno da coluna[5] de Eliane Castanhêde publicada no dia 8 de maio de 2014 e que faz menção ao linchamento do

3. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1449679-mataram-a-mulher-diz-morador-apos-espancamento-no-guaruja-veja-video.shtml>. Acesso em 15 março de 2015.

4. Os "termos e condições de uso" do site Folha.com já foram apresentados e detalhados ao longo do capítulo que descreve o funcionamento dos objetos de estudo.

5. http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/2014/05/1451069-onde-nos-estamos.shtml.

Guarujá, revela que os critérios regulatórios definidos pela *Folha.com* não estão devidamente claros para o assinante, que se sente discriminado ao observar comentários supostamente mais agressivos dos que os seus publicados no site. Percebe-se, aqui, o quanto o dispositivo é marcado por relações heterogêneas, deixando impreciso ao interlocutor as orientações que regem o vínculo. Na forma de um "adeus", o internauta desiste de compreender o funcionamento do contrato, passando a não enxergar mais problema em ser bloqueado, o que o faz suprimir qualquer tentativa futura de interação comunicativa, via seção de comentários: *"não colocarei mais comentário algum. Adeus."*.

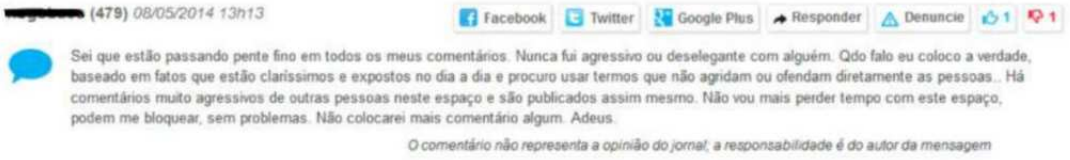


Figura 2: Processos regulatórios não estão devidamente claros para o internauta
Fonte: Folha.com[6]

Nos casos em que o campo jornalístico julga que, de fato, o comentário do leitor infringiu os temos e condições de uso, a mensagem publicada é apagada do site, sendo projetado no seu lugar uma tarja vermelha contendo o seguinte enunciado: *"Seu texto foi removido porque infringe as regras de uso do site"*. A partir de estudo em torno das inferências sobre os atores em interface, desenvolvido por Ferreira e Folquening (2012, p. 17), fica perceptível que o movimento de "posta em cena", nestes casos, "está 'cortada' pela tecnologia e pela técnica. Não se trata, nesse sentido, do mesmo processo semiótico e interacional das interações face a face".

Verifica-se, portanto, um trabalho de regulação engendrado pelo campo produtivo, que utiliza um texto padrão para justificar a exclusão do conteúdo publicado pelo internauta. Nestes exemplos, ficam nítidas as divergências suscitadas entre as estratégias de sentido geridas pela oferta e as res-

6. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/2014/05/1451069-onde-nos-estamos.shtml>. Acesso em 15 março de 2015.

significações atribuídas pelo trabalho produtivo dos atores sociais, que tomam a produção original gerada pelo jornalista como insumo mobilizador de releituras que geram irritações ao sistema, levando-o a banir a publicação graças a um esforço de permanente vigilância e controle em relação aquilo que emerge de fora para dentro do sistema. Segundo esclarece Ferreira (2016, p. 151), "para que a disrupção se manifeste em processos midiáticos é necessária a presença dos atores em rede", premissa que, assimilada pelo campo produtor, justifica a sua permanente observância em torno daquilo que o autor denomina de "semiose reprimida ou denegada".

O exemplo reportado abaixo, extraído de comentário referente à matéria *"Família de mulher linchada em Guarujá temia boatos sobre bruxa"*, é sintomático do funcionamento deste contrato, não livre de tensionamentos, gerido entre produção e recepção. Nele há um comentário proferido pelo internauta M., excluído por supostamente infringir as regras de uso do site, seguido de um comentário segundo, proferido por outro internauta. Esse "comentário do comentário" permite a formulação de pelo menos duas inferências importantes em relação ao funcionamento do contrato aqui analisado: a primeira diz respeito ao fato de que as postagens publicadas pelos atores sociais não passam por um crivo anterior à sua publicação. Isso pode ser constado pelo fato do comentário segundo fazer menção direta ao conteúdo do comentário excluído, sinalizando que, pelo menos por alguns momentos, este comentário agora ocultado esteve visível na espacialidade do site: *"M... pensa antes de digitar aí você não digita... até parece que não tem entendimento do que ela falou".*

Em segundo lugar, o exemplo reportado indica que os movimentos de resposta à exclusão de comentários, justificando a medida restritiva, não são oferecidos pelo campo jornalístico, mas dados a conhecer ao longo do processo de interlocução entre os próprios comentadores: "... *na dúvida veja o vídeo dela novamente e estude o significado das palavras*", aconselha D.J.M, assumindo postura pedagógica na tentativa de orientar o internauta que teve o comentário excluído.



Figura 3: Justificativa às medidas restritivas do site são dadas a conhecer pelo próprio campo da recepção
Fonte: Folha.com[7]

Para além de permitir a identificação de zonas de tensionamento entre produção e recepção através de um processo de "aceite" ou "recusa" de comentários, a análise empírica permite constatar que o site *Folha.com* consolida movimentos de interatividade seletiva ao possibilitar ao internauta a escolha de um repertório de possíveis ações que, predefinidas pela instância produtiva, oferecem-lhe a prerrogativa de "fazer coisas" distintas em relação ao conteúdo: compartilhar as reportagens nas redes sociais Facebook, Twitter, Google Plus e Linkedin, ouvir o texto, enviar o conteúdo via e-mail, copiar a url curta para posterior compartilhamento, imprimir a notícia, cadastrar-se a um leitor de feed de notícias, comunicar erros, escolher o tamanho da fonte para a visualização dos conteúdos, além de acompanhar um rol de quatro outras matérias recomendadas pelo sistema para leitura.

Todas essas modalidades interativas constroem o leitor enquanto um sujeito ativo na espacialidade do site. No entanto, com exceção do sistema de comunicação de erros, a partir do qual o leitor é projetado à condição de um revisor do texto jornalístico, emprestando seus conhecimentos para a qualificação da publicação, nenhuma outra das ações listadas pressupõe o estabelecimento de elos conversacionais entre produção e recepção. Mesmo no sistema de comunicação de erros, a mensagem redigida pelo leitor não se torna visível a todos os outros leitores, sendo submetida ao crivo e à validação da reportagem que, considerando-a válida, pode utilizar o material como insumo para a produção de erratas.

7. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1452689-familia-de-mulher-linchada-em-guaruja-temia-boatos-sobre-bruxa.shtml>. Acesso em 15 março de 2015.

Não necessariamente instaura-se aqui um processo de diálogo entre o comentador e a redação.

A lista de operações apresentadas abaixo, no entanto, sinaliza que ao internauta da *Foha.com* é relegada uma série de possíveis ações, permitindo um contato dinâmico com os materiais ali reportados, na medida em que se pode mobilizar outras operações frente a eles e que excedem o simples ato de leitura.

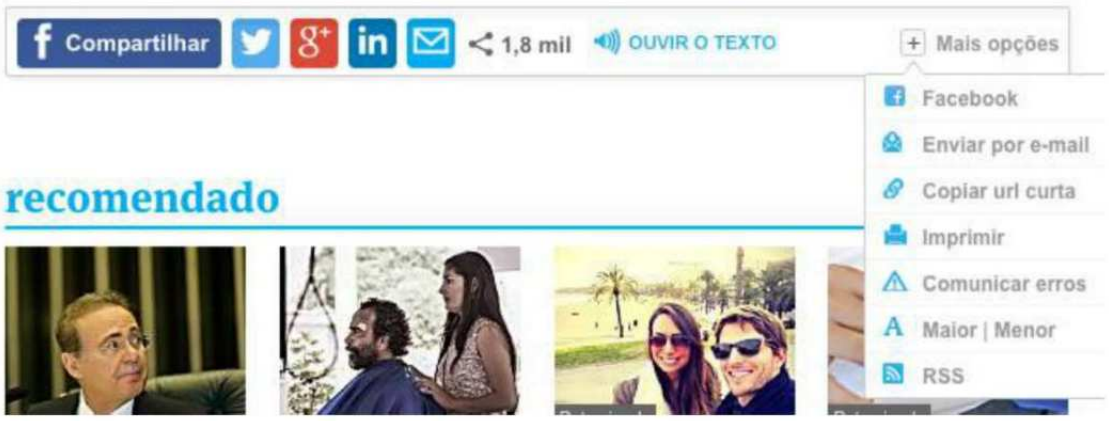


Figura 4: Operações permitem contato dinâmico do internauta com os materiais reportados no site
Fonte: Folha.com[8]

Todas as operações descritas e apresentadas no print reportado acima consolidam o processo denominado por Rost (2014) como "interatividade seletiva". Nestes casos, o campo jornalístico ratifica uma postura disciplinar, mantendo o internauta numa posição de agente credenciado a interagir passivamente com os conteúdos. Isso significa dizer que, nestes casos, o internauta está impedido de incorporar às matérias qualquer adendo que sinalize processos de construção de sentidos distanciados daqueles previamente preconizados pela instância produtiva, o que poderia acarretar movimentos disruptivos. Na realidade, através de cinco das operações interativas possíveis – compartilhar o conteúdo via Facebook, Twitter, Google + e Linkedin e enviar o material por e-mail, o internauta é "utilizado" pelo campo produtor para, através dos espaços que ele próprio administra no ambiente digital, ampliar a rede de circulação dos conteúdos publicados no site,

8. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em 15 março de 2015.

amplificando os circuitos de reverberação desses conteúdos. Pode-se inferir, neste sentido, que os esforços produtivos são controlados pelo campo jornalístico que atribui ao seu leitor a prerrogativa de canal fecundo para a reprodução dos conteúdos publicados. Esse movimento de circulação entre dispositivos, geridos tanto por jornalistas quanto por atores sociais, deixa explícito a impossibilidade de se mapear com precisão as zonas de incidência e materialização de qualquer conteúdo produzido em rede, sempre passível a reproduções em circuitos-ambientes os mais variados e heterogêneos, gerando efeitos significantes impossíveis de serem previstos e, até mesmo, mapeados de forma precisa.

Descritas as ações coercitivas, geradoras de tensionamento entre produção e recepção, assim como as modalidades de interação seletiva ofertadas pela *Folha.com*, é preciso discorrer de forma mais detalhada sobre o funcionamento do contrato estabelecido pelo site a partir do momento em que este convida o seu leitor a ingressar formalmente às lógicas de produção através da possibilidade de comentar os materiais publicados, situação que o reportaria à condição de um cogestor enunciativo, ou "intérprete-redescritor" nos termos propostos por Sodré (2013).

Como já destacado, esse "ingresso" do leitor à órbita produtiva é delimitado por uma série de protocolos – ser assinante do site e concordar com uma vasta lista de termos e condições de uso – que, mesmo quando transpostos, ainda assim não configuram efetivos vínculos interacionais entre a *Folha.com* e os seus utilizadores/comentadores. Embora o site se coloque numa suposta posição de escuta da recepção, não há uma devolutiva por parte do campo jornalístico que, mesmo quando diretamente interpelado, mantém-se numa posição de silenciamento, transformando a interrogativa do ator social numa sobra não regulada, pelo menos pelo campo jornalístico. Essa situação gera impasses entre o campo jornalístico e os atores sociais considerando que, num cenário em que o silêncio de uma das partes se instala, torna-se impossível estabelecer qualquer movimento conversacional, favorecendo a emergência de um cenário de incomunicação. Ao silenciar, o que faz o dispositivo jornalístico é suspender

uma parte das interlocuções possíveis, na medida em que as trocas comunicativas passam a estar restritas ao processo interacional entre os próprios comentadores, eliminando a possibilidade de interação entre comentadores e jornalistas/colunistas.

Essa relação entre interpelações de usuários e silenciamentos de jornalistas torna-se paradigmática a partir da análise da seção de comentários em torno da reportagem *"'Mataram a mulher', diz morador após espancamento em Guarujá*; *veja vídeo"*, publicada pela *Folha.com* no dia 5 de maio de 2014.

Ao redigir comentário "curtido" por 12 pessoas, como indica o botão azul disposto no canto esquerdo da mensagem trazida abaixo, a internauta Valve M. interpela o campo jornalístico para que um vídeo registrado por amadores e utilizado na cobertura da *Folha.com* em torno do caso seja, por uma questão de respeito, retirado da espacialidade do site. A *Folha.com* não somente mantém o vídeo no corpo da matéria como não apresenta qualquer resposta à internauta na tentativa de justificar a inserção daquele material em sua cobertura.



Figura 5: Internauta interpela o campo jornalístico em relação a sua política editorial
Fonte: Folha.com[9]

Apesar do silenciamento do site em relação à colocação crítica da internauta, a problemática suscitada no comentário não permanece sem resposta. Em reação ao comentário de Valve M., a internauta D. justifica a presença do vídeo sensacionalista no site, argumentando que a exposição do material poderia colaborar para a identificação dos autores do linchamento, embora a Folha o teria publicado *"mesmo se*

9. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1449679-mataram-a-mulher-diz-morador-apos-espancamento-no-guaruja-veja-video.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.

não desse pra identificar nenhum culpado". A resposta interditada pelo campo jornalístico, portanto, repercute pela voz de outra internauta, que toma para si a colocação dirigida à redação, aproveitando o ensejo para criticar a atuação irresponsável do jornalismo, especialmente da comunicadora Raquel Sheherazade, e projetar outra questão de debate – *"quem fiscaliza a mídia, afinal?*". O questionamento levantado pela internauta D., contudo, não se multiplica em movimentos de resposta. Permanece como uma indagação que simplesmente habita o circuito, enquanto lugar de passagem da circulação, mas que não se reverbera em novas cadeias de sentido, materializando-se na forma de uma "sobra" discursiva que não faz história, ou seja, uma "sobra" não regulada (Braga, 2016).

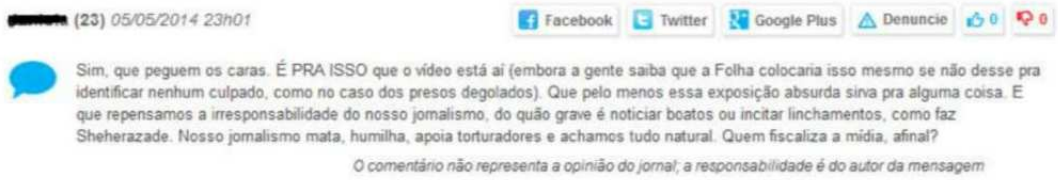


Figura 6: Silenciamento do campo produtivo não impede movimentos regulatórios entre internautas
Fonte: Folha.com[10]

Importante destacar ainda que a mensagem de Valve M. silenciada pelo campo jornalístico não representou uma crítica isolada em relação a inserção do vídeo no corpo da reportagem, mas sim uma questão levantada também por outros internautas, a exemplo de K., como mostra o print inscrito abaixo.



Figura 7: Campo da recepção volta a criticar a política editorial do site
Fonte: Folha.com[11]

10. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1449679-mataram-a-mulher-diz-morador-apos-espancamento-no-guaruja-veja-video.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.
11. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1449915-mulher-linchada-queria-fazer-aula-de-danca-e-ajudar-nas-contas-de-casa.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.

Esse processo caraterizado pela interdição da resposta por parte do campo jornalístico e pela intervenção espontânea de outros comentadores, que se projetam enquanto porta-vozes do site, de seus jornalistas ou colunistas é reincidente ao longo da análise. No exemplo reportado abaixo não há uma pergunta direta direcionada a Eliane Cantanhêde, mas uma crítica veemente à sua coluna intitulada *"Onde nós estamos"*, publicada no dia 8 maio de 2014, e classificada pelo internauta L.H.A como uma *"crônica crifrim como a maioria das outras... levando sempre os comentaristas a concluírem: o governo é o culpado de tudo"*. Em resposta à manifestação crítica, o internauta D. sai em defesa da argumentação proferida por Cantanhêde e, na tentativa de assumir postura condescendente à colunista e estender a discussão, lança outras duas questões que permanecem sem resposta: *"O que você quer dizer com isso?" ... que a ineficiência dos serviços públicos não é responsabilidade dos governos?"*. O que faz o internauta D. ao responder a colocação crítica é justamente projetar-se no lugar da colunista, mas obviamente gerando movimentos de resposta a partir das determinações que lhe são caras e das sínteses que lhe parecem coerentes, não necessariamente condizentes às determinações e sínteses que possivelmente seriam acionadas pela própria jornalista caso se propusesse ao movimento interativo.

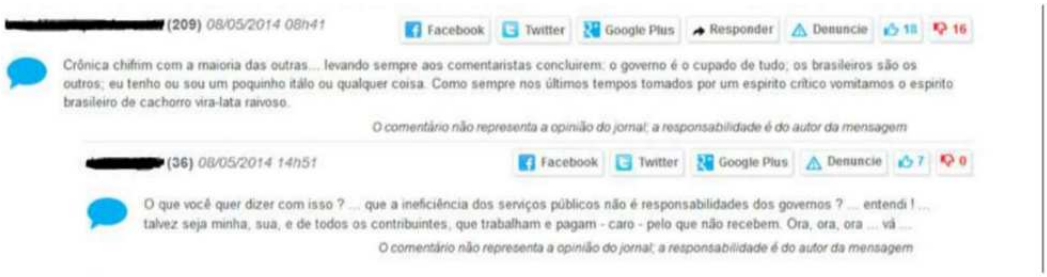


Figura 8: Interdição do campo jornalístico é novamente suprida por resposta de internauta
Fonte: Folha.com[12]

Considerando, através dos exemplos reportados, que a *Folha.com* interdita qualquer possibilidade de interação co-

12. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/2014/05/1451069-onde-nos-estamos.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.

municacional junto ao leitor/cogestor, pode-se inferir que o campo jornalístico produz as condições de acesso ao seu sistema, mas não participa das condições de produção de sentido geradas a partir das releituras suscitadas pelos materiais que produz, regulando permanentemente o acesso como espécie de "pedágio" a ser aceito pelo leitor quando revestido da autonomia – relativa – de produzir discursos materializados na órbita jornalística.

Ao interditar a interação comunicacional, o site se preserva de possíveis embates junto aos comentadores, o que certamente demandaria tempo e energia para a formulação de respostas e poderia gerar inúmeras idas e vindas ao longo do debate. No entanto, o site permite que esse movimento conflitivo transcorra a partir da troca de mensagens entre leitores, como ocorreu na análise dos comentários suscitados pela coluna de Reinaldo Azevedo, publicada no dia 9 de maio de 2014 e intitulada *"Fabiane e a maça envenenada"*. Como espécie de incentivo à interação, o colunista suscita, a partir do seu texto, uma série de interrogativas. Algumas delas parecem ser lançadas aos próprios leitores, como mostra o print reportado abaixo.

Que país o nosso, não é!? Notaram como temos Estado demais em petróleo e de menos em segurança pública? Notaram como temos Estado demais em energia elétrica e de menos em educação? Notaram como temos Estado demais no setor bancário e de menos em saneamento e urbanismo? Esse Estado é gigantesco e tentacular, mas está onde não deve e não está, não de modo eficiente ao menos, onde deve. Para os que lincharam Fabiane, ela era uma criminosa, e se cultiva a certeza por lá e em toda parte de que os criminosos, neste país (como diria aquele), permanecem impunes –o que é verdade com uma frequência assombrosa. Há mais de 50 mil homicídios por ano no Brasil.

Figura 9: Trecho da coluna escrita por Reinaldo Azevedo
Fonte: Folha.com[13]

Outras, no entanto, têm destinatário nomeado: a então presidente Dilma Rousseff.

13. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/05/1451660-fabiane-e-a-maca-envenenada.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.

Não se iludam: quem flerta com depredadores do bem público, com invasores da propriedade alheia e com incendiários da ordem democrática –leu bem, presidente Dilma?– está dando uma piscadela a linchadores. É a maçã envenenada da desordem.

Figura 10: Trecho da coluna escrita por Reinaldo Azevedo
Fonte: Folha.com[14]

Com base no texto do colunista, que defende que "os assassinos improvisados de Fabiane carregam nas costas um Estado que não conhecem e conhecem um Estado que não existe para eles", o internauta GG argumenta que, embora o Brasil seja um país lindo, o problema são os brasileiros. Daí decorre uma troca de enunciados com outro internauta, como mostra o print reportado abaixo, sinalizando que os processos conflitivos são apenas evitados na relação entre site e leitor, permanecendo ativos na relação entre leitores. Assim sendo, mesmo que Reinaldo Azevedo lance uma série de questões, essas não se traduzem numa aproximação entre leitores e colunista, mas mobilizam respostas entre interlocutores externos ao universo jornalístico, o que faz a ciranda circulatória permanecer girando no contexto do site.



Figura 11: Troca de enunciados em torno da coluna de Reinando Azevedo
Fonte: Folha.com[15]

14. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/05/1451660-fabiane-e-a-maca-envenenada.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.

15. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/05/1451660-fabiane-e-a-maca-envenenada.shtml>. Acessado em 15 de março de 2015.

Apesar de distanciado do debate, as questões suscitadas pelo colunista, de fato, cumprem com a prerrogativa de fazer a comunicação avançar através de processos interativos remissivos à fala do jornalista.

3 À guisa de conclusão

Ainda que a análise aqui desenvolvida não permita identificar movimentos conversacionais entre produtores e receptores, o contrato instalado pela *Folha.com* desenvolve estratégias voltadas a ouvir o internauta, destacando o seu poder de articular respostas em torno dos conteúdos dados a conhecer pelo site jornalístico.

O silenciamento do campo jornalístico frente às inscrições enunciativas dadas a conhecer pelo trabalho mobilizado por atores sociais não se traduz na interrupção de correspondências inscritas à órbita de comentários do site. Verifica-se, constantemente, que os conteúdos noticiados pelo campo jornalístico são tomados como insumo para abastecer as conversas entre comentadores. Em casos mais específicos, atores sociais tomam para si o poder de falar em nome do campo jornalístico, respondendo a questionamentos e críticas direcionadas a jornalistas e comentadores e retroalimentando, assim, movimentos circulatórios naquela espacialidade.

As gramáticas de produção, neste sentido, deixam de representar o polo central da oferta de sentidos que orbitam na espacialidade da seção de comentários do site, regida pelo atravessamento de marcas e co-operações advindas de outras lógicas enunciativas (Fausto Neto, 2009, p. 9).

Essa abertura à interdiscursidade, contudo, é relativa. O site deixa evidente sua natureza coercitiva ao submeter a cadeia de sentidos propostos pelos atores sociais convertidos à condição de cogestores aos "parâmetros e definições estabelecidos por um modo de dizer que os precede, no caso o modelo enunciativo midiático" (Fausto Neto, 2009, p. 8). Nesse sentido, há uma série de condições impostas pela instância jornalística que precisam ser aceitas e obedecidas pelo internauta para que a sua voz ecoe pelas seções

de comentários. Seu potencial produtivo, portanto, está condicionado ao chancelamento do campo jornalístico, que se mantém numa posição de silêncio vigilante, inclusive fazendo ecoar críticas aos seus parâmetros de censura.

Referências

FAUSTO NETO, Antônio. Midiatização prática social, prática de sentido. *Paper*. Encontro da rede Prosul. "Comunicação e processos sociais". UNISINOS, PPGCC, São Leopoldo. 2006. 16p.

_____. Enunciação, auto-referencialidade e incompletude. *Revista Famecos*. Porto Alegre, 2007.

_____. Enunciação Mediática e suas "Zonas de Pregnâncias". *In:* T. VELÁZQUEZ (Coord). *DeSignis 13 - Fronteras*, 1ª ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p.105-115.

FAUSTO NETO, A.; SGORLA, F.. Zona em Construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. *In:* XXII Encontro da Compós, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2110.pdf Acesso 15/02/2015.

FERREIRA, J. O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise. Ecos revista. *Revista da Escola de Comunicação Social.* **v.7**, N.2, Jul-Dez/2003.

_____. Adaptação, disrupção e regulação em dispositivos midiáticos. *Matrizes*, São Paulo, **v.10**, n.2, p. 135-153, mai./ago. 2016.

FERREIRA, J.; FOLQUENING, V. O individuo e o ator nas brechas da midiatização: contrabandos em espaços conjuminados. *Diálogos de la Comunicación*, **v. 1**, n. 84, p. 1-21, 2012. Disponível em: <http://dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2015/84/84-Revista-Dialogos-O-individuo-e--o-ator-nas-brechas-da-midiatizacao.pdf>. Acesso em 02 nov. 2016.

ROST, Alejandro. Interatividade: definições, estudos e tendências. *In: Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: UBI, 2014.

SODRÉ, M. Um novo sistema de inteligibilidade. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, **v. 1**, n. 1, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/5709>. Acesso em: 2 nov. 2016.

VERÓN, E. *Esto no es un libro*. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 1999.

_____. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013